---------- ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA CINCO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM: ----------

---------- Ao quinto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se no Cineteatro Camacho Costa, em Odemira, a segunda reunião da sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, presidida pela Senhora Ana Maria de Oliveira Aleixo, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pela Senhora Maria Manuela Gonçalves Moreira (Primeira Secretária) e pelo Senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Segundo Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do artigo quadragésimo sexto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o número um do artigo vigésimo do Regimento deste Órgão. A presente reunião vem no seguimento da primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro, que teve lugar no passado dia vinte e seis de fevereiro, e pretende dar continuidade ao tratamento dos assuntos agendados na Ordem de Trabalhos daquela sessão. ----

---------- Em face do exposto, a Ordem de Trabalhos desta reunião ficou do seguinte modo: ----

---------- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** ----------

----------(continuação)----------

----------**II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**----------

---------- (…) ----------

---------- **Ponto três**: Apreciação de assuntos de interesse para o concelho. ----------

----------(continuação)----------

---------- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**----------

---------- (…) ----------

---------- **Ponto três**: Aquisição de comunicações fixas e móveis de voz, dados e televisão, com gestão e manutenção, para o Município de Odemira: Assunção de Compromisso Plurianual: apreciação e deliberação.----------

----------**Ponto quatro**: Aquisição de eletricidade para instalações do município de Odemira alimentadas em baixa tensão normal e iluminação pública, ao abrigo de acordo quadro celebrado pela CC-CIMAL: Assunção de Compromisso Plurianual: apreciação e deliberação.---

----------**Ponto cinco**: Proposta de Adenda ao Protocolo de Colaboração no âmbito da Educação: apreciação e deliberação.----------

----------**Ponto seis**: Gestão dos Recursos Humanos em função do Mapa de Pessoal: Primeira alteração ao Mapa de Pessoal para 2021: apreciação e deliberação. ----------

----------**Ponto sete**: Projeto do Regulamento de Estacionamento do Município de Odemira: Aprovação Definitiva.----------

----------**Ponto oito**: Informação Económica e Financeira - 1º Semestre de 2020: apreciação nos termos da na alínea d) do n.º 2 do artigo77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.----------

----------**Ponto nove**: Ação de controlo ao Município de Odemira: apreciação nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----------**Ponto dez**: Cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro: apreciação.----------

----------**ABERTURA DA REUNIÃO** ----------

----------Compareceram a esta reunião trinta e quatro membros, a saber: Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Ana Maria de Oliveira Aleixo, Ana Sofia Pacheco Soares, António Manuel Viana Afonso, Arménio Guerreiro Simão, Daniel Sobral Balinhas, Dário Filipe Conceição Guerreiro, Fernanda Isabel Ramos Guerreiro de Almeida, Fernando Alberto Maia da Cruz Parreira, Fernando Manuel da Conceição Guerreiro, Fernando Manuel Martins da Silva Peixeiro, Florival Matos Silvestre, Francisco António Caetano Lampreia, Francisco Manuel Silva Martins, João Palma Quaresma, Manuel António Dinis Coelho, Manuel Francisco da Silva, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel de Matos Sobral Penedo, Maria da Glória das Neves Gonçalves Pacheco, Maria da Graça Fernandes, Maria Luísa da Glória Guerreiro (Tesoureira

da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, em substituição de Nuno Miguel dos Santos Cunha Duarte, Presidente daquela Junta de Freguesia), Maria Manuela Gonçalves Moreira, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Miguel Forte Prista Monteiro, Nádia da Conceição Bértolo, Nuno Góis da Costa Nogueira, Pedro Alexandre Guerreiro Paleta, Pedro Bruno Oliveira de Almeida, Pedro Miguel Bernardino Gonçalves, Rita Isabel da Costa Lourenço Dias, Teresa Alexandra Pereira Bernardino, Valdemar Pacheco Silvestre e Vera Lúcia Montes Raposo. ----------

---------- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas-vindas à Senhora Maria da Graça Fernandes que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir a Senhora Maria Luísa Vilão Palma, eleita pela Coligação Democrática Unitária; e ao Senhor José Manuel Francisco da Silva que, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, se encontra a substituir o Senhor Manuel da Silva Cruz, eleito pela Coligação Democrática Unitária. ----------

---------- Confirmando-se o quórum, pelas vinte horas e cinquenta e quatro minutos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a reunião. Face às atuais contingências relativas ao combate à pandemia Covid-19 foram respeitadas as medidas de distanciamento social, com lugares reservados para o efeito, bem como o uso obrigatório de máscara. ----------

---------- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes: José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da Câmara Municipal; Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Deolinda Maria Pinto Bernardino Seno Luís e Raquel Alexandra Lourenço

Vicente e Silva Domingos, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. ----------

---------- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: ----------

---------- (continuação) ----------

----------Nos termos da alínea a) do número três do artigo terceiro da Lei número um A barra dois mil e vinte, datada de dezanove de março, na sua atual redação dada pela Lei número um A barra dois mil e vinte e um, datada de treze de janeiro, a intervenção do público foi permitida através do envio da respetiva comunicação que pretendesse efetuar aos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Foram rececionados quatro pedidos de intervenção, dos quais três foram apreciados e transcritos na ata da primeira reunião da presente sessão. Na presente reunião foi apreciado o quarto pedido de intervenção, que seguidamente se transcreve: ----------

----------1. O Senhor Gabriel Dias, enviou o *email* intitulado "Abertura da Chamada Pesca Lúdica", que se transcreve: ----------

----------"(…) como cidadão deste concelho, e em nome de todas estas pessoas que se identificaram conforme os anexos assinalados (estas assinaturas foram coletadas em 48 horas), apresentar a sugestão deste tema da chamada "pesca lúdica " para que a Exmª Srª. Presidente da Assembleia municipal do município de Odemira o apresente para discussão na próxima Assembleia Municipal, a fim de aliviar o sofrimento de muitas e muitas famílias que neste momento sofrem os efeitos desta pandemia.----------

----------Certo do seu superior entendimento, sobre este assunto e apelando a sua especial sensibilidade para com os que neste momento sofrem os maiores efeitos, dos tempos que vivemos.- ----------

----------Os meus melhores cumprimentos----------

----------Gabriel Dias----------

----------**DEFESA DA PESCA LÚDICA DE SUBSISTÊNCIA** ----------

----------As populações das zonas contiguas ao mar, estamos a falar de São Miguel, Azenha

do Mar, Brejão, Zambujeira, Cavaleiro, Almograve, Vila Nova de Milfontes, estão a ser particularmente afetadas, pela atual crise económica. ----------

---------- Atualmente e por força da pandemia, estão todas estas comunidades confinadas, com enormes restrições, sendo proibidos de fazer aquilo que sempre foi a razão de existirem estas comunidades nestes locais, acrescendo o facto de se verem isolados, e esquecidos, com um sentimento de desespero. ----------

---------- Por um lado pelo pouco desenvolvimento económico da região e por outro pelas restrições legais, (períodos de defeso longos de algumas espécies e ainda travados por uma portaria, que afeta todas as populações ribeirinhas), sendo que é muito difícil para uma pessoa que sempre viveu aqui em perfeita harmonia com o Mar, continuar a viver condignamente. -----

---------- Atualmente, estas populações estão totalmente privadas, daquilo que é o seu maior legado familiar e histórico, que lhes foi transmitido pelos pais e avós durante milhares de anos, tem sido assim a arte da pesca, nestas localidades bem como a apanha de mare, como fazem deste que há memória, transmitida dos seus ancestrais. ----------

---------- Sendo o motivo principal pelo qual se fixaram nestes territórios estas gentes, privadas agora disso, é como se estivessem a ser decapitadas do seu maior e mais precioso bem, que é o seu auto sustento. ----------

---------- Alertamos que com todas as regras, leis e constrangimentos que atualmente existem em cima de toda esta comunidade se esta a criar um problema ainda maior, pois a atual pandemia não irá infelizmente desaparecer de uma dia para o outro, e com ela alertamos que o efeito na saúde mental e na economia destas populações é devastador, sendo que a perda do rendimento mensal é muito significativa, pelo que propormos uma discussão do assunto para que seja possível equilibrar um pouco as coisas para as nossas gentes ribeirinhas. ----------

---------- Alertamos que as populações locais destas regiões sempre as cuidaram e preservaram até aos dias de hoje e têm uma média de idades muito alta, no geral. ----------

----------As reformas são inferiores ao salário mínimo, quando existem, e não há formas de ocupar o tempo, inexistem teatro, cinema, atividades lúdicas e de lazer e de igual forma estas não são vistas como muito interessantes para grande maioria destas pessoas. ----------

----------Existe uma preocupação maior, sendo que são muito poucas as ocupações que estas terras dispõem, e as poucas que existem passam sempre pela natural convivência com o mar que sempre foi olhado como uma fonte de alimentação familiar deste que há memoria. ----------

----------Lembramos que: ----------

---------- - Durante o período em que vigorou o estado de emergência não foi permitida a prática de pesca lúdica.----------

---------- - Toda a comunidade piscatória esta confinada com muitos membros desta estão sem rendimentos, ----------

---------- - A sua fonte de alimentação de há seculos assenta nas práticas que agora lhe estão vedadas nestas regiões, situação que provocou um corte abrupto em varias direções, e os recursos quer financeiros que alimentares são muito escassos. ----------

---------- - Esta prática da pesca agora chamada de lúdica (pesca apeada, e coletores de maré) para além de se poder considerar um desporto para algumas pessoas, nestas regiões sempre foi uma forma de colocar comida na mesa dos seus filhos para os mais desfavorecidos, e para bem dizer sempre foi um tipo de prática, muito importante para o desenvolvimento económico, social e cultural, sendo que é uma atividade essencial de subsistência para muitas destas famílias. - ----------

---------- - A pesca é uma prática ancestral com milhares de anos, um legado de pais para filhos, com uma aprendizagem contante e uma forma de unir muitas famílias em torno de um prepósito comum, o que nos tempos atuais poderia contribuir muito também, para o crescimento da atividade económica local, reativando o comércio no concelho, nomeadamente os comerciantes de iscos e equipamentos de pesca e conexos.----------

---------- O que queremos que aconteça? ----------

---------- Entendemos que depois de termos passado por um ano de tantos sacrifícios, o que pedimos é que seja feito um esforço de todos para poder voltar a normalidade possível. ----------

---------- Não pedimos que voltemos ao que era anteriormente, pois entendemos que terá que haver limitações mas achamos que é possível, haver uma pratica responsável que por uma lado possa conter a transmissão do vírus, e por outro premida a pratica das atividades referidas sem o espartilho das regras atualmente existentes.----------

---------- No atual estado de emergência ainda não está esclarecido o levantamento da proibição da pesca lúdica na nossa costa.----------

---------- Temos nas populações que habitam junto ao mar situações dramáticas nomeadamente de caracter socioeconómico e do foro psicológico de toda uma comunidade, podemos e acreditamos ser possível pedir o levantamento das atuais medidas restritivas levando com isso a criar coesão e responsabilidade de forma a mostrar uma centelha de esperança a estas pessoas que lhes permita resistir para os tempos de luta que se avizinham como todos sabemos, e que continuarão a ser duras. ----------

---------- Propomos uma regime de exceção para estas regiões que possibilitem aos pescadores lúdicos, voltar ao mar e nomeadamente para: ----------

---------- a) Permissão para capturar Sargos, Robalos, Douradas, Safias na pesca apeda com anzol (com o limite legal da atual portaria) ----------

---------- b) Fazer a apanhe de maré as espécies permitidas (com o limite legal da atual portaria) - ----------

---------- c) As medidas de afastamento social já existem na pesca lúdica (10 metros), podendo aumentar para o dobro ou mais. ----------

---------- d) Caso não exista uma abertura para estas populações poderemos estar a pôr em causa toda a comunidade, fazendo que aumente o atual estado de frustração e ansiedade com

lacunas alimentares para milhares de pessoas. ----------

----------Todos fazemos votos para que nos próximos tempos aconteça uma evolução positiva na luta contra esta pandemia e que num quadro mais favorável haja um pequena abertura para o fim do isolamento social e psicológico, o que é indispensável para a saúde mental dos pescadores lúdicos, e respetivas famílias pois poderão regressar a praticar uma atividade/desporto ao ar livre, em harmonia com a natureza, colocando nas suas mesas muitas refeições essenciais. ----------

----------Temos ainda uma sugestão----------

----------Fazer com que cada pescador tenha que ativamente contribuir com a limpeza dos locais de pesca, trazendo consigo o seu próprio lixo e mais um pouco mais do que o mar depositou, contribuído assim para um futuro melhor. ----------

----------Propomos assim à Camara Municipal, à Assembleia Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Odemira que sem empenhem connosco, neste assunto e que conjuntamente exijamos do restante poder politico, a alteração às atuais condições da chamada pesca lúdica”.----------

----------Interveio o Senhor Pedro Almeida que informou que a Bancada do Partido Socialista se solidarizava com exposição intitulada “defesa da pesca lúdica de subsistência”, enviada pelo grupo de cidadãos e sugeriu que a mesma fosse encaminhada às entidades competentes para uma tomada de posição.----------

----------O Senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou-se solidário com as preocupações apresentadas pelo grupo de cidadãos e informou que a exposição também seria apreciada na próxima reunião da Câmara Municipal, com vista a uma tomada de posição idêntica. - ----------

----------Não havendo mais intervenções sobre este tema, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a Exposição enviada pelo Senhor Gabriel Dias, bem como a posição

solidária da Assembleia Municipal, seriam enviadas às entidades com competência na matéria.

---------- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

---------- (…) ----------

---------- **Ponto três**: APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: ----------

---------- À semelhança do que ocorreu nas últimas sessões, as intervenções dos membros da Assembleia Municipal no presente ponto da Ordem de Trabalhos foram efetuadas por Bancada, com limitação de tempo: ----------

---------- A) BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA ----------

---------- Interveio o Senhor Miguel Monteiro que relativamente à Saúde no concelho de Odemira perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal se já tinham recebido alguma resposta em relação às várias Posições tomadas por aqueles Órgãos, designadamente quanto ao processo de vacinação que no concelho de Odemira tem sido amplamente apoiado pelo Município de Odemira, através da implementação de Centros de Vacinação, com a colaboração das Juntas de Freguesia e da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA). ----------

---------- Interveio o Senhor Manuel Penedo, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que deu nota que estava a decorrer a fase final de instalação da máquina multibanco naquela localidade, pelo que agradeceu o apoio do Presidente da Câmara Municipal e do Vice-Presidente da Câmara Municipal na resolução daquele processo. ----------

---------- Interveio o Senhor Fernando Peixeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, que em nome dos eleitos do Partido Socialista, apresentou o seguinte VOTO DE PESAR: - ----------

---------- "**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ VIEIRA RAMOS** -------

---------- Os Eleitos da Assembleia Municipal de Odemira manifestam o seu mais profundo

voto de pesar pelo falecimento José Vieira Ramos que, prematuramente, nos deixa, aos 71 anos. ----- ----------

----------Zé Vieira, como era conhecido, era um humanista na verdadeira aceção da palavra, tendo dado um forte contributo ao território e bem-estar da população no interior do concelho de Odemira.----------

----------Foi em Santa Clara-a-Velha que desenvolveu, com reconhecida dedicação, um vasto trabalho autárquico como Presidente de Junta desta Freguesia ao longo de três mandatos, de 2002 a 2013, e como Presidente da Assembleia de Freguesia, de 2013 a 2017.----------

----------Enquanto autarca deixa um legado inquestionável que permitiu dar melhores condições de vida à população de Santa Clara-a-Velha, estabelecendo pontes com o município e entidades regionais para a afirmação e consolidação daquele que é um dos maiores projetos de sempre do concelho de Odemira, a Barragem de Santa Clara. ----------

----------Neste momento da sua partida, os eleitos da Assembleia Municipal endereçam as mais sentidas condolências à família do José Vieira Ramos, propondo 1 minuto de silêncio em sua homenagem. ----------

----------Odemira, 05 de março de 2021----------

----------Os Eleitos da Assembleia Municipal de Odemira”----------

----------Interveio o Senhor Pedro Almeida, que em nome dos eleitos do Partido Socialista, apresentou o seguinte VOTO DE PESAR:----------

----------“**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANÍBAL MENDES SIMÃO** --

----------Foi com profunda tristeza que os eleitos da Assembleia Municipal de Odemira receberam a notícia do falecimento de Aníbal Mendes Simão, que nos deixa aos 88 anos de idade. Residente em Pereiras-Gare, o Sr. Aníbal Simão foi desde sempre reconhecido pela sua integridade, pela convicção e resiliência que demonstrava nas causas que abraçou ao longo da sua vida. - ----------

---------- O bem-estar da população, era para este Homem uma missão de vida e foi através da sua atividade profissional como empresário, mas sobretudo na vida política, que deu um contributo inequívoco para afirmação do território e das gentes de Pereiras-Gare. ----------

---------- Eleito para Assembleia de Freguesia nas primeiras eleições autárquicas em 1976, foi em Santa Clara-a-Velha que iniciou a sua experiência na política. Porém, seria em 1985 que o Sr. Aníbal Simão, em conjunto com os seus amigos e camaradas, fez nascer a Freguesia de Pereiras-Gare. Foram quatro mandatos, ao longo de 16 anos, à frente dos destinos desta freguesia sempre eleito pela CDU, pautados pela competência e progresso daquele território. ---

---------- O amor à sua terra ficou bem patente pelo excelente trabalho que desenvolveu enquanto autarca, mas também pela dedicação ao movimento associativo e na sua obra como Homem da escrita e da poesia, tendo o seu trabalho sido reconhecido através da atribuição da Medalha de Mérito Municipal em 25 de Abril de 2019, pelo Município de Odemira.----------

---------- Neste momento da sua partida, a Assembleia Municipal de Odemira endereça a mais sentidas condolências à sua família e amigos, ficando publicamente reconhecido o exemplo que o Sr. Aníbal foi, é e será para todos nós!----------

---------- Odemira, 5 de março de 2021----------

---------- Os Eleitos da Assembleia Municipal de Odemira". ----------

---------- Interveio a Senhora Maria da Glória Pacheco, Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/ Almograve, que alertou para o facto de estarem a surgir vários casos de falsificação de atestados de residência, supostamente passados pela sua Junta de Freguesia, tendo sido já contactada por várias delegações a nível nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). --- ----------

---------- Por último, informou que, pese embora o serviço de eletricidade tivesse melhorado na sua freguesia, o serviço de telecomunicações estava péssimo, com diversas falhas e graves prejuízos para quem estava em teletrabalho e no ensino não presencial. Questionou ainda ao

Senhor Presidente da Câmara Municipal o ponto de situação do Loteamento do Cruzamento do Almograve e da ecovia entre o Cruzamento do Almograve e o Almograve. ----------

----------Interveio o Senhor Fernando Parreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que solicitou o ponto de situação da reparação da Estrada Municipal número quinhentos e trinta e dois, que liga São Luís a Relíquias, sobretudo no troço até aos Lameiros ou Ribeira do Salto, que permanece degradado há vários anos. ----------

----------Solicitou ainda o ponto de situação do processo relativo ao Centro Escolar de São Luís, relembrando que seria problemático e frustrante para as crianças e respetivas famílias continuarem a frequentar a escola num espaço improvisado, quando o seu espaço escolar já devia estar concluído. ----------

----------Interveio o Senhor Manuel Coelho, que em nome dos eleitos do Partido Socialista, apresentou o seguinte VOTO DE PESAR:----------

----------"**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO MANUEL DA CONCEIÇÃO MAGRO ----------**

----------António Manuel da Conceição Magro, foi recentemente chefe dos Serviços de Finanças na vila de Odemira. ----------

----------Destacou-se pela simpatia com que lidava com os utentes e pela preocupação em resolver os problemas que lhe eram apresentados.----------

----------Sua esposa trabalhou com ele nos mesmos serviços, deslocando-se ambos diariamente de Beja para Odemira. ----------

----------Como todos se recordarão, devido à afluência de multidões de trabalhadores estrangeiros que procuravam aqueles Serviços houve meses, semanas e dias em que foi difícil atender toda a gente.----------

----------Aconteceu, até, que vários funcionários faltaram ao serviço por doença e por outros motivos justificados e houve dias que a Repartição de Odemira abriu apenas com aquele

cidadão e sua esposa levando a que, ele próprio, atendesse diretamente o público para não ter de fechar portas, não tendo por vezes, sequer, a possibilidade de almoçar a tempo e horas. ------

---------- Faleceu há alguns dias, por doença súbita, com 59 anos de idade. ----------

---------- Pela forma empenhada como prestou serviço público em Odemira, é merecedor de ser lembrado e de o honrar com o voto de pesar que se pede que seja votado e aprovado na reunião da Assembleia Municipal de Odemira em 05/03/2021.----------

---------- Sendo aprovado, deverá ser dado conhecimento do mesmo a sua esposa e restantes familiares como gratidão e homenagem simples, mas sentida.----------

---------- Odemira, 5 de março de 2021----------

---------- Os Eleitos da Assembleia Municipal de Odemira". ----------

---------- Interveio a Senhora Maria Moreira, que em nome dos eleitos do Partido Socialista, apresentou o seguinte VOTO DE PESAR: ----------

---------- "**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ COSTA**----------

---------- Foi com profunda tristeza, que os eleitos da Assembleia Municipal de Odemira receberam a notícia do falecimento de José da Silva Costa, que nos deixa aos 79 anos de idade.

---------- Residente em Odemira, o Sr. "Zé Costa" como era carinhosamente chamado, foi, desde sempre, reconhecido pela sua integridade, pela disponibilidade para ajudar o próximo, boa disposição e cidadania exemplar. ----------

---------- Membro dos órgãos sociais do Sport Clube Odemirense, até há bem pouco tempo, entidade que o homenageou no 95º aniversário da Instituição, concorreu também às primeiras eleições autárquicas em 1976, como vogal da assembleia de freguesia de Santa Maria, tendo sido, igualmente, homenageado no ano de 2016 (aquando dos 40 anos do poder local democrático – 1976 -2016).----------

---------- Cumpriu vários mandatos enquanto membro dos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira e, no presente mandato, era vogal da

Mesa da Assembleia Geral. ----------

----------Fervoroso adepto do desporto (sobretudo de futebol), sempre com o Sport Clube Odemirense na voz e no coração, emprestava as suas palavras aos relatos dos jogos de futebol locais, ao jornal "O Às" e aos comentários dos jogos na rádio.----------

----------Começou como empregado de balcão na Casa de Pasto do Espanhol, seguiu-se o restaurante "O Tarro" até que, finalmente, conseguiu abrir o seu próprio snack bar "O Cantinho", em Odemira, por todos mais conhecido por café do Sr. Zé Costa. Foi o negócio ao qual dedicou grande parte da sua vida ativa, sempre com comida caseira, feita por mãos dedicadas (nomeadamente as da sua mulher Julieta e as da D. Maria) e onde centrou as suas atenções após a partida precoce da sua querida mulher. ----------

----------O café do Zé Costa era um local de encontro obrigatório para grande parte da comunidade local, fórum de agradáveis conversas desportivas pelas gentes dos mais diversos clubes, onde todos eram tratados com simpatia e carinho por quem sabia receber, momentos esses que ficarão marcados em todos nós e na história do nosso concelho.----------

----------Neste momento da sua partida, a Assembleia Municipal de Odemira endereça as mais sentidas condolências à sua família e amigos, ficando publicamente reconhecido o exemplo que o Sr. José Costa foi, é e será para todos nós! ----------

----------Odemira, 5 de março de 2021 ----------

----------Os Eleitos da Assembleia Municipal de Odemira". ----------

----------Interveio o Senhor Francisco Martins, que em nome dos eleitos do Partido Socialista, apresentou a seguinte CONGRATULAÇÃO:----------

----------"**CONGRATULAÇÃO** ----------

----------PROGRAMA DE AÇÃO PARA O PERÍMETRO DE REGA DO MIRA----------

----------Os eleitos na Assembleia Municipal de Odemira congratulam a Assembleia da República pelo resultado da votação relativa à tomada de posição conjunta da redação final

resultante dos Projetos de Resolução apresentados pelo Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português relativamente à situação vivida no Perímetro de Rega do Mira e reais consequências nos concelhos de Aljezur e Odemira. ------

---------- Deste conjunto de 4 Projetos de Resolução resultam um conjunto de iniciativas prementes para este território. Destaca-se e elogia-se a apresentação de uma Recomendação ao Governo para uma alteração à Resolução de Conselho de Ministros nº 179/2019, de 24 de outubro, com vista a salvaguardar uma eficaz prossecução das políticas públicas de habitação, prevendo e adotando medidas efetivas de resposta de habitação condigna integrada nos núcleos urbanos face ao claro aumento de mão-de-obra na área do Perímetro de Rega do Mira (PRM). -

---------- Salienta-se igualmente a apresentação da Recomendação ao Governo para uma melhoria das infraestruturas rodoviárias, investindo numa clara manutenção das vias e colocando nas prioridades de investimento a conclusão do IP8 entre Sines e Beja e na construção do IC4 entre Sines e Lagos (conforme, aliás, conclusões do Estudo de Avaliação da Rede Rodoviária Nacional no Litoral Alentejano e Algarvio, de janeiro de 2011). ----------

---------- Não menos importante, congratula-se esta Assembleia Municipal por ver espelhado neste documento uma das suas maiores reivindicações, a necessidade urgente do reforço dos serviços públicos nos concelhos de Aljezur e Odemira, dotando o território de condições de resposta que vão de encontro às atuais necessidades e que resultem na garantia de não degradação de respostas nos diversos serviços públicos como se tem assistido nos últimos anos face ao aumento exponencial da população por via do investimento no PRM. ----------

---------- Por último, é de destacar igualmente a Recomendação ao Governo de uma efetiva resposta em matéria de fiscalização das condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas, bem como do cumprimento das regras das empresas a operar no Perímetro de Rega do Mira, aferindo os reais impactos da aplicação de fitofármacos na produção agrícola, na qualidade da água, do ar e dos solos, na avifauna e da saúde pública em geral. ----------

----------Assim, face à realidade que foi possível alcançar com aprovação deste texto final conjunto, congratula-se esta Assembleia Municipal por ver espelhado muitas das questões levantadas por este órgão e pela própria Câmara Municipal de Odemira ao longo deste mandato.- ----------

----------A presente Congratulação será enviada para: ----------

---------- . Grupos Parlamentares da Assembleia da República ----------

---------- . Câmara Municipal de Aljezur----------

---------- . Assembleia Municipal de Aljezur ----------

---------- . Comunicação Social Nacional e Regional ----------

----------Odemira, 26 de fevereiro de 2021 ----------

----------Os Eleitos na Assembleia Municipal de Odemira”----------

---------- ----------

----------B) <u>BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA</u>----------

----------Interveio o Senhor João Quaresma para informar que, há uns meses atrás, andaram a distribuir de forma informal, na zona habitacional que se encontra perto da Estrada Nacional número trezentos e noventa, junto ao depósito da água no sentido Sul-Norte, uns requerimentos do Município de Odemira para as pessoas requerem a ligação de água. Pese embora já algum tempo venha reclamando na Assembleia Municipal a ligação de água àquelas habitações, considerou que o procedimento para a população requerer o serviço não estava a ser o mais correto e até o considerava estranho, pelo que perguntou o ponto de situação do mesmo. ---------

----------Interveio o Senhor Nuno Góis que solicitou informações sobre o ponto de situação da obra no Centro Escolar de São Luís e, bem assim, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal conseguia indicar à comunidade escolar uma data de conclusão daquela intervenção. ----------

----------Seguidamente, referiu que os Ministérios do Turismo e da Cultura já tinham realizado algumas reuniões com os organizadores de eventos, pelo que questionou ao Senhor

Presidente da Câmara Municipal se existia alguma informação sobre a realização do Festival MeoSudoeste do corrente ano. ----------

---------- Por último, em nome dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, apresentou a PROPOSTA que seguidamente se transcreve: ----------

----------"**PROPOSTA** ----------

---------- Tendo em conta a dimensão, dispersão e dificuldades de acesso no Concelho de Odemira. ----------

---------- Tendo em conta o envelhecimento crescente da população, a falta de transportes, o horário das Assembleias e a sua localização, maioritariamente em Odemira, distante portanto da grande maioria dos munícipes. ----------

---------- Tendo em conta a necessidade de aproximar e aprofundar a relação entre munícipe e a sua Assembleia democraticamente eleita. ----------

---------- Tendo em conta o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de transparência, já demonstrada, felizmente, por outros municípios.----------

---------- E, por fim, mas não menos importante, tendo em conta a pandemia que estamos a viver e o consequente afastamento ainda maior entre os munícipes e os seus representantes, vimos hoje aqui, novamente, propor a filmagem, transmissão e difusão das Assembleias Municipais. ----------

---------- Deste modo, propomos: Aditar ao artigo 35.º do Capítulo II, Secção III, do Regimento desta Assembleia, o seguinte Artigo, "As reuniões da Assembleia Municipal devem ser filmadas, transmitidas e difundidas *online* pelos serviços do município, que devem manter os respetivos registos visuais e disponibilizá-los no sítio eletrónico da Assembleia Municipal, bem como nas plataformas eletrónicas da responsabilidade da CMO. ----------

---------- Odemira, 05 de março de 2021 ----------

---------- Os eleitos da C.D.U.". ----------

----------Interveio o Senhor Florival Silvestre, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em nome dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, apresentou o seguinte VOTO DE PESAR:----------

---------- "**VOTO DE PESAR** ----------

----------Faleceu Virgílio José Ramos Lima, um camarada que viveu a Revolução de Abril, nas suas convicções de melhor interagir o seu trabalho e o seu esforço em benefício do povo a que pertencia.----------

----------Natural da freguesia de Cercal do Alentejo e residente em Bicos, integrou a Comissão de Moradores na qual tomou posse em 13 de março de 1977 e onde sempre teve parte ativa no intuito de bem servir.----------

----------Virgílio Lima foi Presidente da Comissão Instaladora da Freguesia de Bicos e, eleito pela CDU, integrou o Executivo da Junta de Freguesia. Contribuiu, ao tempo, para que fossem criadas infraestruturas necessárias ao bem-estar da população desta extinta freguesia.----------

----------No mandato em curso, era membros da Assembleia de Freguesia de Vale de Santiago, eleito pelo PS. ----------

----------E como os móbeis do trabalho político não podem reduzir-se a sectarismos partidários, e por razões que só a ele disseram respeito, mudou de força política, mas a essência dos seus objetivos pela causa pública permaneceu.----------

----------Da parte dos camaradas, um sentimento de pesar por ter deixado a vida cedo demais. Ficam todas as memórias. ----------

----------Odemira, 05 de março de 2021----------

----------Os eleitos da C.D.U.". ----------

----------Interveio a Senhora Teresa Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, em nome dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, apresentou o seguinte VOTO DE PESAR:----------

----------"**VOTO DE PESAR** ----------

---------- Faleceu, no dia 24 de fevereiro, aos 88 anos, Aníbal Mendes Simão, homem íntegro e de grandes convicções que ficará para sempre ligado à história da sua Aldeia e do Concelho de Odemira. ----------

---------- Empresário, dedicou-se ao comércio e à indústria de panificação, mas a vida política também o atraiu. ----------

---------- Foi um líder reconhecido, eleito nas primeiras eleições autárquicas, realizadas em 1976, para a Assembleia de Freguesia de Santa Clara-a-Velha.----------

---------- Homem de ação, destacou-se na luta travada pela criação da Freguesia de Pereiras-Gare e de infraestruturas essenciais ao bem-estar de todos. Fruto do seu trabalho e de outros Amigos e Camaradas, a Freguesia de Pereiras-Gare viria a ser constituída em 1985. ----------

---------- Aníbal Mendes Simão, eleito pela CDU, foi Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare durante quatro mandatos, cargo desempenhado com grande amor e dedicação à causa pública. ----------

---------- Também foi Fundador e Presidente, durante 10 anos, da Associação de Caçadores, e Fundador do Clube Pereirense. Homem visionário, dedicou-se à escrita, publicando algumas obras, "Pereiras-Gare: Uma Razão", de 2007, ou "Brincando, brincando, se dizem as verdades", de 2010. ----------

---------- Aníbal Mendes Simão destacou-se pelas suas qualidades de autarca, por ser empreendedor, amigo do seu amigo, pelo seu trabalho, honestidade e competência, tendo sido reconhecido por todos os quadrantes políticos. ----------

---------- Em 2019, foi justamente homenageado na Sessão Extraordinária desta Assembleia de 25 de Abril, recebendo a Medalha Municipal de Mérito. ----------

---------- Pelas razões referidas, apresentamos este Voto de Pesar pelo falecimento de Aníbal Mendes Simão e endereçamos as mais sinceras condolências à família. ----------

----------Odemira, 05 de março de 2021----------

----------Os eleitos da C.D.U.”. ----------

----------Interveio a Senhora Vera Raposo, em nome dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte SAUDAÇÃO:----------

---------- “**SAUDAÇÃO** ----------

----------8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER----------

----------Nos finais do século XIX as mulheres trabalhadoras encetaram, de forma organizada, a corajosa luta pela sua emancipação. ----------

----------Papel determinante nessa luta teve Clara Zetkin, quando em 1910, na 2.ª Conferência Internacional da Mulher, realizada em Copenhaga, propôs a criação do Dia Internacional da Mulher. Décadas depois, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) oficializou o 8 de Março como Dia Internacional da Mulher, data adotada por muitas nações. Desde então, realizaram-se 5 conferências mundiais, tendo-se debatido temas de fundo e apontado estratégias para superar as justas reivindicações das mulheres. ----------

----------A luta organizada das mulheres, coadjuvada por muitos democratas, tem colhido conquistas significativas em muitos países do mundo, porém a igualdade plena entre homens e mulheres ainda não é uma realidade. Para alcançar essa igualdade, é imperativo percorrer caminhos de paz e cooperação entre os povos, erradicando a fome, a miséria, a exploração e a guerra. --- ----------

----------Em Portugal, a Lei Fundamental, fruto da Revolução de Abril, consagra direitos de igualdade e liberdades a todos os cidadãos. Por conseguinte, muitas têm sido as conquistas alcançadas pelas mulheres do nosso País, seja na família e no trabalho, seja na participação cultural, desportiva, social e política. ----------

----------Acontece que a verdadeira igualdade na lei e na vida ainda não é uma realidade. Para a alcançarmos, importa conquistar o acesso ao emprego com direitos; pôr termo às

desigualdades salariais, ao desemprego e à precariedade; lutar pela melhoria da qualidade de vida e pela justa repartição de rendimentos; assegurar a livre maternidade e o acesso à saúde; combater todo o tipo de violência; reforçar a participação das mulheres na vida social e política. Este tempo de incerteza, decorrente da pandemia Covid-19, trouxe-nos desafios e problemas complexos aos quais urge dar resposta. A declaração de sucessivos Estados de Emergência e o confinamento obrigatório para travar a doença esmagam sectores profissionais, aprofundam desigualdades sociais e económicas e empurram milhares de trabalhadores, incluindo mulheres, para o desemprego ou, por outro lado, para o teletrabalho. ----------

---------- Importa sublinhar que milhares de mulheres se confrontam diariamente com a árdua tarefa de conciliar a vida familiar com o teletrabalho, enfrentam cortes salariais e veem o aumento das despesas, vivem circunstâncias geradoras de tristeza, cansaço, tensão familiar e violência doméstica. ----------

---------- A comemoração do Dia Internacional da Mulher reveste-se de singular e suprema importância no quadro atual e está nas mãos de todos fazer o 8 de Março uma grande jornada de luta. Como sempre, o MDM – Movimento Democrático de Mulheres está em luta, assinalando esta data primordial com um ciclo de conversas *online*, bem como duas concentrações a realizar nos dias 7 e 13 de Março, no Porto e em Lisboa, respetivamente. -------

---------- A Assembleia Municipal de Odemira, reunida a 05 de março de 2021, saúda todas as mulheres do nosso Concelho, todas as mulheres que estão na linha da frente no combate ao surto epidemiológico, que se encontram em teletrabalho, que asseguram os serviços essenciais, bem como as mulheres que lutam pela conquista e defesa de direitos, por melhores condições de vida e de trabalho, pela igualdade na lei e na vida. ----------

---------- Os eleitos da C.D.U. na Assembleia Municipal. ----------

---------- Nota: Esta Saudação deve ser enviada para a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e para o MDM – Movimento Democrático de Mulheres.”----------

----------Interveio o Senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador e Santa Maria, que questionou sobre o ponto de situação relativamente ao acesso de camiões ao armazém da empresa BFruit, S.A., no Bemparece, uma vez que os moradores daquela zona continuam a reclamar, referindo que os arruamentos eram demasiado estreitos para aquele tipo de trânsito. ----------

---------- ----------

----------C) BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA ----------

----------A Senhora Fernanda Almeida perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal quais as medidas que o Município de Odemira pretendia tomar relativamente ao edifício contiguo à Sede do Sport Clube Odemirense, que notoriamente se encontrava em risco de ruir. -

----------Interveio o Senhor Arménio Simão que fez a seguinte intervenção: "Os eleitos do PSD têm colocado ao longo destes quatro anos diversas questões ao Presidente da Câmara Municipal, e se algumas têm tido resposta que nos complementam em termos de informação, há outras que não têm produzido esse efeito. ----------

---------- - Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, cuja data é de mil novecentos e noventa e sete e não terá sido revisto desde o ano de dois mil e onze. Em que ponto de situação está o Plano e para quando a aprovação definitiva; ----------

---------- - Centro Escolar de São Luís, tudo aponta para que os alunos continuem a permanecer por mais algum tempo naquele espaço onde se encontram. Era importante termos a informação do cronograma dos trabalhos que estavam em cima da mesa inicialmente, como solicitei na altura e parece que este documento nunca foi apresentado. Face à possibilidade de rescisão do contrato com o empreiteiro, vai ser lançado um ajuste direto? Já existem contatos feitos nesse sentido? Vai haver alguma alteração ao valor que está em causa para adjudicação? -

---------- - Assimetrias existentes entre o interior e o litoral do concelho. Questão recorrente. Soube que está para iniciar a terceira fase da colocação de fibra ótica. Nesta altura devia-se

discutir a cobertura integral da rede elétrica rural e da rede de comunicações. Estas duas razões interferem com a fixação no interior de populações e com esta mudança de paradigma de alteração do modo de habitação trazida pela pandemia, onde as pessoas preferem sair dos grandes centros e fixarem-se em zonas mais atrativas, isso era fundamental. As operações de loteamento efetuadas pelo Município de Odemira têm sido mais na zona litoral, era importante efetuar-se também no interior. Qual o compromisso que o Senhor Presidente pode assumir no tempo para concretizarmos estes dois vetores que são determinantes para o interior (eletricidade e comunicações); ----------

---------- - Tomei conhecimento das diferenças dos consumos de água que estão em discussão entre a Associação de Beneficiários do Mira e o Município de Odemira. Parece que não há consenso nessa matéria. Porque há essa diferença de valor? ----------

---------- - Qual o destino para os lotes que estão a ser trabalhados no âmbito das competências do Município de Odemira nas Freguesias de São Luís e de São Martinho das Amoreiras. Se é para o público em geral ou se é para outro tipo de afetação em termos de habitação?". ----------

---------- ----------

---------- D) <u>BANCADA DO BLOCO DE ESQUERDA</u> ----------

---------- Interveio o Senhor Pedro Gonçalves que referiu que, no passado mês de dezembro, tinha saído a última edição do Boletim Municipal "Odemira em Noticia", no qual na parte final continha alguns documentos apresentados na Assembleia Municipal, no entanto, apenas constavam os documentos do Partido Socialista, questionando qual o motivo de não constarem os documentos das outras forças políticas. ----------

---------- Referindo-se à campanha de sensibilização do uso racional da água, relembrou que se tratava de uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda no âmbito do direito de oposição na elaboração do Orçamento Municipal, sobre a qual foi referido na altura que seria

implementada, mas que até à data nada aconteceu, pelo que questionou o ponto de situação da mesma. -- ----------

----------Por último, apresentou os seguintes documentos escritos: ----------

----------”**RECOMENDAÇÃO** ----------

----------SISTEMAS SEMAFÓRICOS DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA----------

---------- - Considerando os sistemas semafóricos sob administração do Município de Odemira instalados nas seguintes freguesias:----------

---------- - São Teotónio (em Baiona)----------

---------- - São Salvador e Santa Maria (na Bemposta)----------

---------- - Vale de Santiago (nos Bicos) ----------

---------- - Colos (no Campo Redondo e em Colos) ----------

---------- - São Luís, e ----------

---------- - São Martinho das Amoreiras----------

---------- - Considerando o funcionamento irregular e deficiente destas estruturas. ----------

---------- - Considerando os constrangimentos causados a peões e veículos. ----------

---------- - Considerando a sua necessidade efetiva e premência do seu correto funcionamento, por forma a garantir a segurança de todos os utentes das vias abrangidas por estas estruturas.----

---------- - Considerando que este assunto já várias vezes foi discutido nesta assembleia. -------

---------- - Considerando que, ano após ano, não são visíveis melhorias, pelo contrário, constatamos um abandono e incúria progressivos.----------

----------Assim, a Assembleia Municipal de Odemira, reunida a 05 de março de 2021, delibera: - ----------

---------- - Recomendar ao Município de Odemira que proceda a uma vistoria regular do funcionamento destas estruturas. ----------

---------- - Recomendar ao Município de Odemira que no imediato tome providências para a reparação das estruturas que não estão a funcionar corretamente ou que representem perigo para a via pública, dado o mau estado em que se encontram. ----------

---------- Pedro Gonçalves ----------

---------- Deputado Municipal do Bloco de Esquerda". ----------

---------- ----------

---------- "**SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER** ----------

---------- No próximo dia 8 de março, celebramos mais um Dia Internacional da Mulher, instituído em 1911 para lembrar as 129 grevistas, vítimas de um ataque brutal da polícia em Nova Iorque. ----------

---------- Comemorando esta data, pretendemos trazer à nossa memória a luta, destas e de outras protagonistas, pela emancipação cívica e social das mulheres, pelo direito de voto e por uma democracia sem discriminações, pela paz e contra as guerras que têm consumido milhões de vida humanas e nas quais as mulheres são as primeiras a sofrer as suas consequências. -------

---------- Apesar de muitas das conquistas alcançadas em resultado dessa luta, continuamos no momento atual, a confrontar-nos com problemas que afetam especialmente as mulheres, dos quais destacamos, pela sua importância os seguintes: ----------

---------- 1. As diferenças salariais existentes ainda no presente, onde o lema "para trabalho igual, salário igual", se aplica ainda muito pouco, tal como a possibilidade de progressão nas respetivas carreiras. Basta fazer um levantamento do número de mulheres que desempenha cargos considerados de topo nas diversas organizações. O peso destas diferenças, além de se manifestar no momento presente, terá ainda consequências no seu futuro, perpetuando a diferença existente relativamente aos benefícios sociais (pensões, reformas…) de que poderão vir a usufruir;----------

---------- 2. A violência de género que toma várias formas, sendo Portugal assolado por um

número de crimes de violência doméstica e violação muito elevado e maioritariamente direcionado contra mulheres, conforme as notícias que nos vão chegando periodicamente. Infelizmente as atuais medidas sanitárias para fazer face à pandemia, ao imporem o confinamento vieram inevitavelmente agravar as situações preexistentes, provavelmente despoletar outras, com a agravante de que as vítimas neste momento se encontram isoladas face ao agressor. Os dados de que podemos dispor apontam para situações de grande fragilidade pela falta/restrição de outros contactos sociais que, em situação normal poderiam constituir fatores de proteção. ----------

----------3. Por outro lado, não podemos neste momento deixar ainda de fazer uma referência às crianças que, em situação de isolamento vivenciam as situações acima descritas, sendo elas próprias demasiadas vezes, vítimas diretas da mesma violência no seio familiar. ----------

----------Assim, a Assembleia Municipal de Odemira, reunida em 05 de março de 2021, delibera: - ----------

----------1. Saudar todas as manifestações e concentrações que ocorrerão por todo o país exigindo medidas efetivas de combate à violência de género; ----------

----------2. Exigir ao Governo e à Assembleia da República que tomem o combate à violência de género como prioridade política efetiva;----------

----------3. Instar aos respetivos órgãos de soberania a procederem às seguintes medidas: ------

----------a. Alteração das molduras penais para os crimes de violência doméstica, sexual e contra menores; ----------

----------b. Adequação do Código Penal à Convenção de Istambul, cumprindo as recomendações do GREVIO, no último relatório sobre a aplicação da Convenção em Portugal, estabelecendo o consentimento como linha vermelha do crime de violação e consagrando o crime de violação como crime público; ----------

----------c. Extensão da aplicação de prisão preventiva a crimes de violência doméstica e

proibir a aplicação do instituto da suspensão provisória do processo a este tipo de crimes; -------

---------- d. Garantir a articulação entre o processo-crime e o processo de regulação das responsabilidades parentais (quando exista). Não é possível separar estes dois processos, deixando as vítimas mais vulneráveis perante o agressor; ----------

---------- e. Aplicação das medidas de coação "proibição de contacto e imposição de condutas" ao crime de perseguição, como um garante de proteção na fase de inquérito. ----------

---------- 4. Instar o Governo a acelerar os processos de formação e sensibilização dos e das várias agentes nos processos de violência: juízes e magistrados, forças de segurança, assistentes sociais, técnicos de saúde.----------

---------- 5. Instar o Governo a iniciar o processo de debate alargado para a criação de equipas multidisciplinares especializadas, atuantes no terreno. ----------

---------- 6. Remeter esta moção ao Governo, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares, GAVA de Odemira e Comunicação Social. ----------

---------- Pedro Gonçalves ----------

---------- Deputado Municipal do Bloco de Esquerda". ----------

---------- ----------

---------- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou para apreciação dos presentes os documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes intervenções: ----------

---------- - O senhor Manuel Penedo, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, referindo-se à Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, informou que a sua Junta de Freguesia tem comunicado ao Município de Odemira a avaria dos semáforos na sua localidade, no entanto, não entende o porquê de nesta última comunicação os semáforos ainda não terem sido reparados.----------

---------- - O Senhor Pedro Almeida, referindo-se à Proposta apresentada pela Coligação

Democrática Unitária, referiu que o Partido Socialista nunca se opôs à implementação daquela medida e que apenas entendiam que era importante que ficasse em Regimento uma cláusula de salvaguarda das situação em que tecnicamente não fosse possível efetuar essa transmissão. Nessa conformidade, propôs que a Coligação Democrática Unitária acrescentasse essa questão na Proposta, bem como as questões relacionadas com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, relembrando que inclusivamente tinha sido um deputado da Coligação Democrática Unitária que em plena Assembleia Municipal se tinha recusado a ser fotografado. ----------

----------Por último, em relação à Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda sugeriu que fosse retirada a menção aos semáforos da Baiona, uma vez que se encontram em funcionamento.----------

---------- - O Senhor Pedro Gonçalves esclareceu que a referência aos semáforos na Recomendação era apenas para elencar aqueles que eram da responsabilidade do Município e para fazer menção ao seu funcionamento. A Recomendação tem por objetivo solicitar ao Município de Odemira que exista uma maior atenção e vistoria relativamente ao funcionamento dos semáforos. ----------

----------Por último, em relação à Proposta apresentada Coligação Democrática Unitária, considerou que existiam falta de vontade política por parte dos eleitos do Partido Socialista para a implementar.----------

---------- - O Nuno Góis congratulou-se com a evolução dos eleitos do Partido Socialista quanto à sua posição em relação à Proposta da Coligação Democrática Unitária, considerando que seria contraditório afirmarem que não se opunham à transmissão das sessões da Assembleia Municipal e ao mesmo tempo votarem contra a proposta. Revelou ainda que aquela Proposta, excetuando a menção às questões relacionadas com o Covid-19, era exatamente igual às Propostas apresentadas em dois mil e dezassete e dois mil e dezoito. Por último, informou que a Coligação Democrática Unitária concordava em acrescentar na Proposta as salvaguardas

propostas pelo deputado Pedro Almeida, se essa for a condição para a existência de vontade política e de se avançar para a transmissão das sessões da Assembleia Municipal.----------

---------- - O Senhor Francisco Martins relembrou que foi criado um Grupo de Trabalho da Assembleia Municipal, composto por várias forças políticas deste Órgão, que produziu propostas unanimes sobre a temática da transmissão das sessões. Porém, a forma como depois o assunto era colocado na sessão da Assembleia Municipal, desvirtuavam o trabalho realizado por aquele Grupo de Trabalho. Por fim, considerou que da parte dos eleitos do Partido Socialista não existia qualquer objeção às transmissões das sessões da Assembleia Municipal e estavam alinhados com as propostas efetuadas pelo Grupo de Trabalho "Pró Cidadania".--------

---------- - Sobre a intervenção do Senhor Francisco Martins, o Senhor Pedro Gonçalves relembrou que o Grupo de Trabalho "Pró Cidadania" tinha produzido alguns documentos que nunca tiveram resposta da Câmara Municipal.----------

---------- - A Senhora Presidente da Assembleia Municipal considerou que existia vontade política para se evoluir no sentido de serem transmitidas as sessões da Assembleia Municipal, mas previamente tinham de ser salvaguardadas as questões técnicas, de forma e legais. Nessa conformidade, deu a conhecer à Assembleia Municipal dois pareceres completamente contraditórios sobre a transmissão das sessões, bem como do *email* enviado ao Chefe da Divisão de Gestão Interna do Município de Odemira, no qual solicitava esclarecimentos junto do Setor da Informática, sobre a possibilidade de a sessão ordinária de fevereiro poder ser realizada através de meios de comunicação digital, tendo sido respondido que o Município de Odemira "*não possui de momento os meios técnicos adequados que permitam assegurar a realização da sessão de forma não presencial com as características pretendidas tendo em conta a especificidade e a forma de realização das sessões da Assembleia Municipal*." Relembrou ainda que no ano transato tinha sido efetuado um levantamento, pela Secretária da Assembleia Municipal, junto de todos os Membros da Assembleia Municipal, sobre a

possibilidade de as sessões poderem ser realizadas por videoconferência, tendo sido detetado que nem todos os Membros tinham as condições técnicas para o fazer.----------

----------A Senhora Presidente da Assembleia Municipal considerou, ainda, essencial que a implementação daquela proposta fosse efetuada nas devidas condições, evitando-se futuramente a necessidade de se resolverem problemas que poderão ser graves. Seguidamente disse que tinha dúvidas sobre a implementação da Proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária sem estarem salvaguardadas as questões anteriormente aludidas, pelo que em consciência não estava em condições de votar, por ora, favoravelmente e que se iria abster e apresentar uma Declaração de Voto.----------

---------- - O Senhor João Quaresma considerou que a Presidente da Assembleia Municipal tinha falado de duas questões distintas: uma, era referente à transmissão *online* das sessões da Assembleia Municipal, para que qualquer cidadão pudesse assistir às mesmas; outra, seriam as próprias sessões serem realizadas de forma remota, sendo que, em relação a esta questão, também tinha as suas reservas quanto à sua exequibilidade. No entanto, não via qualquer problema quanto à primeira questão, relembrando que não se tratava de uma situação inédita, que muitas Assembleias Municipais do país já efetuavam a transmissão das suas sessões, sendo a Assembleia da República o maior exemplo. Considerou, ainda, que, com os atuais recursos técnicos existentes, não seria necessário grande profissionalismo para conseguirem efetuar a transmissão e salvaguardar algumas questões referidas pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Relembrou também que qualquer pessoa que aceite fazer parte de uma lista que concorre a um órgão político, à partida, já estava a aceitar um certo grau de exposição pública. -

---------- - O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existia abertura da sua parte para se poder efetuar a transmissão online das sessões da Assembleia Municipal e que, dependendo do modelo de transmissão que os membros da Assembleia Municipal pretendem efetuar, poderiam testar a proposta através da existência de um ponto fixo destinado apenas a

quem aceitasse a transmissão da sua intervenção, da utilização de imagem desfocado dos restantes membros, da autorização prévia do público para que a sua intervenção fosse transmitida, entre outras possibilidades. ----------

---------- - O Senhor António Afonso referiu, relativamente à proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária sobre a transmissão das sessões da Assembleia Municipal, que ainda existiam muitas dúvidas quanto ao modelo que se pretendia implementar, designadamente se era *online* ou em diferido, presencial ou não, e em que moldes. Considerou ainda que o direito à imagem estaria salvaguardado, porque estava em causa uma reunião pública de um órgão público. Referiu ainda que, aparentemente, todos concordavam com a transmissão das sessões, porém seria importante que todos estivessem devidamente elucidados e esclarecidos do que estava em causa na proposta.----------

---------- Relativamente à Saudação ao Dia Internacional da Mulher, apresentada pelo Bloco de Esquerda, revelou que concordava em parte com o documento, mas a partir de um determinado ponto não conseguia memorizar todo um conjunto de revindicações e alterações legislativas elencado, lamentando que o proponente tivesse aproveitado um dia e uma luta tão simbólica para o fazer. Nessa conformidade, na votação daquele documento irá apresentar uma Declaração de Voto quanto às matérias reivindicadas junto do Governo e do mérito das mesmas.- ----------

---------- Por último, questionou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação das questões relacionadas com a acessibilidade no concelho, as quais foram abordadas em Moções da Assembleia Municipal, designadamente quanto ao estado da Estrada Nacional número cento e vinte, da Estrada Nacional número duzentos e sessenta e seis e da Estrada Nacional número duzentos e sessenta e três. ----------

---------- - O Senhor Pedro Gonçalves no seguimento da intervenção do João Quaresma, considerou que era importante que não misturassem as duas questões, porque uma coisa era a

transmissão *online* e outra era a realização *online* das sessões, considerando que relativamente à segunda não existiam condições técnicas de rede de internet, especialmente para quem vivia no interior do concelho, para poder participar. Relembrou, ainda, que existiam muitos pareceres sobre a possibilidade de se efetuar a transmissão das sessões, mas tendo em conta a quantidade de Assembleias Municipais que já transmitem as suas sessões, considerou que não estariam a incorrer em alguma ilegalidade, pelo que sugeriu que aferissem junto de quem já o faz, como estavam a fazer. Por fim, relembrou que quando a Assembleia Municipal visitou a Assembleia da República e assistiu a uma reunião do plenário, ninguém veio solicitar qualquer autorização para poderem ser filmados.----------

---------- - A Senhora Fernanda Almeida considerou que estavam a abordar dois assuntos distintos relativamente à transmissão *online* e à realização *online* das sessões. Quanto à questão da imagem, considerou que tratando-se de um órgão público esta estava salvaguardada, até porque também as atas onde constam as respetivas intervenções eram públicas. Afirmou ainda que era um direito que assistia aos membros da Assembleia Municipal pretenderem esclarecimentos sobre as propostas antes de as votar, designadamente quando estavam em causa aspetos técnicos e demasiado específicos para a sua implementação. Por último, referiu que a transmissão *online* iria retirar a genuinidade dos discursos, porque não estavam a falar só para a Assembleia Municipal.----------

---------- - O Senhor João Quaresma referiu que a implementação das soluções possíveis para a transmissão das sessões poderia ser efetuada por técnicos especializados. Considerou que os constrangimentos provocados pela pandemia Covid-19, designadamente quanto à deslocação e presença de público nas sessões, vieram evidenciar a necessidade de se efetuar a transmissão *online* das sessões da Assembleia Municipal, permitindo aos munícipes o acesso ao trabalho que era feito pelas pessoas que tinham sido eleitas para os cargos políticos no concelho de Odemira. ----------

---------- - A Senhora Presidente da Assembleia Municipal relembrou que o esclarecimento das dúvidas existentes quanto ao modelo de transmissão e questões técnicas, bem como a consulta a outras Assembleias Municipais que já efetuam a transmissão *online* das suas sessões, competia à Comissão Pro Cidadania, composta por membros de todas as forças políticas da Assembleia Municipal e que tem reunido para o efeito.----------

---------- - O Senhor Manuel Coelho propôs a realização de uma transmissão a título experimental de uma sessão da Assembleia Municipal, podendo até ser efetuada, numa primeira fase, através da transmissão via rádio, evitando, assim, a questão dos direitos de imagem.- ----------

---------- Relativamente às questões colocadas pelos Membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal procedeu aos respetivos esclarecimentos, referindo: ---

---------- - Quanto às acessibilidades, informou que tinha reunido, no âmbito do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL), com o Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, cujo agendamento havia sido solicitado há seis meses, para debaterem questões relacionadas com o estado da rede viária, designadamente no concelho de Odemira. O Senhor Ministro solicitou ao Senhor Secretário de Estado que verificasse esta situação, porque teve conhecimento da situação da rede viária em Odemira e dos documentos enviados pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de Odemira. O Senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou o seu desagrado pelo facto de o concelho de Odemira não ter sido alvo de qualquer intervenção de beneficiação da rede viária nacional, verificando o aposto nos concelhos vizinhos. Sobre este assunto, informou ainda que na última reunião ordinária da Câmara Municipal foi aprovado, por unanimidade, um documento intitulado "Contributo para o Plano de Recuperação e Resiliência", no âmbito da participação na discussão pública daquele Plano, no qual também era abordado o estado da rede viária no concelho. Por último, informou que o Município de Odemira já tinha manifestado a

sua preocupação às Estradas de Portugal em relação à depressão existente na Avenida Poole da Costa, em Odemira, solicitando que fosse efetuada uma monitorização, pois poderiam estar perante um problema estrutural. ----------

---------- - Em relação à Saúde, informou que foram instalados no concelho de Odemira cinco Centros de Vacinação, mas apenas três estavam em funcionamento, devido ao número limitado de vacinas enviadas para o concelho de Odemira: cerca de mil e quinhentas. No entanto, tinha conhecimento que estava previsto para breve um reforço de vacinas. Acrescentou que, no documento intitulado "Contributo para o Plano de Recuperação e Resiliência", aprovado pela Câmara Municipal, constava a exigência de um reforço de investimento, designadamente nas Extensões de Saúde de São Luís e de Sabóia, bem como no Centro de Saúde de Odemira. O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu ainda conhecimento que o Centro de Saúde de Odemira já dispunha de um gerador, tendo o Município de Odemira apoiado na colocação do referido equipamento no local.----------

---------- - Reconheceu que existiam algumas falhas com as comunicações no concelho de Odemira, tendo o Município de Odemira rececionado algumas queixas e, nesse sentido, solicitou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para solicitar esclarecimentos junto da operadora no território. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou, ainda, que o processo de colocação de fibra ótica no concelho estava atrasado devidos a condicionantes relacionadas com o empreiteiro, resultantes da situação de Covid-19. No entanto, a primeira fase estava concluída e a segunda fase, que estava a decorrer, já incluía intervenções no interior do concelho. ----------

---------- - Relativamente à ecovia entre o Cruzamento do Almograve e o Almograve, informou que houve a necessidade de se alterar uma série de circunstâncias no projeto inicial, uma das quais exigida pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), relativa a uma ponte que tem de ser construída em madeira e não em betão, no entanto previa

que o projeto estivesse brevemente concluído para posterior lançamento do concurso.----------

---------- - Quanto à Estrada Municipal número quinhentos e cinquenta e três, informou que estava prevista em orçamento a execução da reparação numa intervenção faseada, sendo a primeira entre São Luís e Lameiros, cujo concurso será lançado brevemente, e a segunda entre Lameiros e Monte da Estrada.----------

---------- - Que o processo do Centro Escolar de São Luís estava na Divisão de Recursos Humanos e Jurídica para esta tratar da proposta de rescisão do contrato, mediante decisão da Câmara Municipal de Odemira. Informou que o empreiteiro tinha executado cerca de vinte mil euros de trabalhos e que teria de ser lançado obrigatoriamente um segundo concurso público, com a revisão de preços. Quanto à comunidade escolar abrangida por aquela situação, informou que que seria agendada uma reunião local para analisarem a situação e que, à data, não conseguia comprometer-se com uma data para a resolução do problema.----------

---------- - Que não tinha sido contactado para a realização de festivais, considerando que ainda existia um quadro de incertezas e relembrou que, qualquer evento que viesse a ter lugar no concelho de Odemira, tinha ser autorizado pela Autoridade de Saúde. ----------

---------- - Em relação à questão da circulação de pesados com origem e destino nas instalações da Bfruit, S.A. informou que a Vereadora Raquel Domingos estava a acompanhar a situação e a tentar juntamente com os serviços municipais encontrar uma solução para o transito dos camiões naquela zona, cuja preocupação também foi abordada em reunião da Câmara Municipal.----------

---------- - Reconheceu que o edifício contiguo com a sede do Sport Clube Odemirense apresentava de facto sinais de muita degradação, tendo já sido colocada no local guardas de proteção e o respetivo proprietário notificado, por algumas vezes, sem que tivesse respondido. Informou ainda que iria solicitar ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Odemira para, juntamente com a Divisão de Obras Municipais, efetuassem uma nova vistoria às condições do

edifício, com vista à tomada de posse administrativa do mesmo, de modo a evitar uma derrocada. ----------

---------- - Deu conhecimento que a proposta de alteração ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município de Odemira estava elaborada e seria brevemente enviada à Assembleia Municipal para recolha de contributos durante quinze dias. Posteriormente o documento seria aprovado pelos órgãos competentes e seria apresentado para discussão pública, prevendo-se a conclusão do processo até ao início do verão. ----------

---------- Relativamente à colocação de rede elétrica no concelho, referiu que já eram poucas as zonas que não estavam dotadas dessa infraestrutura e revelou que houve uma diminuição de pedidos ao Município de Odemira, porque muitas habitações eram "não permanentes" e não existe financiamento do Município para o efeito. No entanto, a colocação de eletricidade naquelas habitações poderia ser financiada diretamente pelos respetivos proprietários, candidatando-se a projetos rurais. ----------

---------- - Quanto à disponibilização de lotes no concelho referiu que, por regra, o Município de Odemira colocava uma percentagem para atribuição por hasta pública e outra por concurso de atribuição, sendo que os primeiros contribuíam para o financiamento das infraestruturas e os segundos são claramente opções sociais, com regulamento aprovado pela Assembleia Municipal.----------

---------- - Revelou que não existia qualquer diferendo entre a Associação de Beneficiários do Mira e o Município de Odemira no que se refere ao princípio básico do preço da água. No entanto, existia uma questão de fundo com a qual o Município de Odemira não estava de acordo, que tinha a ver com o facto de o aumento do preço generalizado penalizar apenas as produções agrícolas familiares e menos rentáveis, pois as grandes produções, mais rentáveis, continuavam a ter acesso à água. Neste sentido, considerava que a água devia ser taxada de forma diferenciada, ponderando fatores sociais e económicos. Também não estava de acordo

com o facto de a água destinada a consumo humano ter uma taxa mais elevada do que para o uso agrícola.----------

---------- Em relação às restantes questões, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que iria verificar junto dos serviços municipais o ponto de situação dos mesmos e posteriormente daria a resposta.----------

---------- ----------

---------- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a reunião para um intervalo de quinze minutos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira.----------

---------- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos, dando continuidade ao tratamento do ponto três do Período Antes da Ordem do Dia, designadamente à votação dos documentos apresentados, tendo-se obtido o seguinte resultado: ----------

---------- 1. **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ VIEIRA RAMOS,** apresentado pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- 2. **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANIBAL MENDES SIMÃO,** apresentado pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- 3. **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO MANUEL DA**

CONCEIÇÃO MAGRO, apresentado pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----------4. **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ COSTA,** apresentado pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. ----------

----------5. **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE VIRGÍLIO JOSÉ RAMOS LIMA,** apresentado pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

----------6. **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANIBAL MENDES SIMÃO,** apresentado pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, foi aprovado por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. ----------

----------Após a aprovação dos Votos de Pesar foi respeitado um minuto de silêncio. ----------

----------7. **CONGRATULAÇÃO - "PROGRAMA DE AÇÃO PARA O PERÍMETRO**

DE REGA DO MIRA", apresentada pelos eleitos do Partido Socialista, foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. O Senhor Pedro Gonçalves, eleito pelo Bloco de Esquerda, apresentou a Declaração de Voto verbal que seguidamente se transcreve: "*A minha abstenção vem na sequência do que já foi a abstenção do Bloco de Esquerda quando esta Resolução do Conselho de Ministros foi votada na Assembleia da República. Isto é o conjunto das quatro propostas apresentadas pelos vários partidos políticos na Assembleia da República. Houve quem dissesse que isso parecia com o Frankenstein, era um rasurado de todas as propostas. Isto não adianta nada embora em alguns dos pontos traga o reconhecimento dos partidos que votaram a favor de que não se sabe o que existe no Perímetro de Rega do Mira e não sabem as consequências ambientais que aqui se passam.*" ----------

---------- 8. **PROPOSTA SOBRE TRANSMISSÃO ONLINE DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,** apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, cujo texto final se transcreve na íntegra: ----------

---------- "**PROPOSTA** ----------

---------- Tendo em conta a dimensão, dispersão e dificuldades de acesso no Concelho de Odemira. ----------

---------- Tendo em conta o envelhecimento crescente da população, a falta de transportes, o horário das Assembleias e a sua localização, maioritariamente em Odemira, distante portanto da grande maioria dos munícipes. ----------

---------- Tendo em conta a necessidade de aproximar e aprofundar a relação entre munícipe e a sua Assembleia democraticamente eleita. ----------

----------Tendo em conta o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de transparência, já demonstrada, felizmente, por outros municípios. ----------

----------E, por fim, mas não menos importante, tendo em conta a pandemia que estamos a viver e o consequente afastamento ainda maior entre os munícipes e os seus representantes, vimos hoje aqui, novamente, propor a filmagem, transmissão e difusão das Assembleias Municipais. ----------

----------Deste modo, propomos: Aditar ao artigo 35.º do Capítulo II, Secção III, do Regimento desta Assembleia, o seguinte Artigo, "As reuniões da Assembleia Municipal devem ser filmadas, transmitidas e difundidas *online* pelos serviços do município, que devem manter os respetivos registos visuais e disponibilizá-los no sítio eletrónico da Assembleia Municipal, bem como nas plataformas eletrónicas da responsabilidade da CMO, sempre que tal se revele tecnicamente possível. ----------

----------Odemira, 05 de março de 2021 ----------

----------Os eleitos da C.D.U.". ----------

----------Esta proposta foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma Declaração de Voto verbal que seguidamente se transcreve: "*O facto de votar em nome pessoal, a título de abstenção, a proposta da CDU, prende-se com um problema não de substância relativamente ao assunto, mas de forma nomeadamente: por entender que estão subvertidas as ordens das coisas, na medida em que se pretende alterar o Regimento antes de se prever como é que se vai regulamentar a situação, o que entendo que não é correto, porque esta matéria exige uma*

regulamentação e estamos a fazer uma alteração de Regimento sem que depois se consiga concretizar absolutamente nada, porque a matéria não está regulamentada; e, por entender que ainda não se encontram esclarecidas as questões referentes à Lei da Proteção de Dados.--

---------- Face à aprovação da proposta em causa a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs que fosse constituído um Grupo de Trabalho para proceder à alteração do Regimento e à criação desta regulamentação, o qual será composto por nove pessoas na proporção da representatividade das forças partidárias na Assembleia Municipal, ou seja, cinco do Partido Socialista, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Social Democrata e um do Bloco de Esquerda, devendo a indicação dos referidos membros que irão integrar o Grupo de Trabalho ser efetuada no prazo de uma semana. Esta proposta foi aprovada por consenso. ----------

---------- O Senhor Miguel Monteiro sugeriu que os trabalhos desenvolvidos pelos grupos criados na Assembleia Municipal pudessem ser apresentados nas sessões deste Órgão, para conhecimento de todos.----------

---------- 9. **SAUDAÇÃO – 8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER,** apresentada pelos eleitos da Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- 10. **RECOMENDAÇÃO – SISTEMAS SEMAFÓRICOS DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA,** apresentada pelo eleito do Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do

membro eleito pelo Bloco de Esquerda e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.---------

----------11. **SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER,** apresentada pelo eleito do Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. No seguimento desta votação foram apresentadas as Declarações de Voto verbais que seguidamente se transcrevem:----------

----------a) António Afonso, eleito pelo Partido Socialista: "*Ressalvada a parte das reivindicações e recomendações que o documento contém que não merece o meu voto favorável, quanto ao resto do conteúdo tudo bem.*" ----------

----------b) Arménio Simão, eleito pelo Partido Social Democrata: "*A Saudação é totalmente oportuna e legítima, mas parece-me que está mal formulada. Os itens um e dois são manifestamente fundamentos para a Saudação, já o número três que inclui a referência às crianças não tem nada a ver com a Saudação do Dia Internacional da Mulher. Por outro lado, na segunda parte, sendo este documento uma Saudação ao Dia da Mulher, ela não aparece em lado nenhum, parece mais uma proposta legislativa que está a ser feita.*" ----------

----------Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.----------

----------**<u>III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:</u>** ----------

---------- (…)----------

----------**Ponto três:** <u>AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS DE VOZ, DADOS E TELEVISÃO, COM GESTÃO E MANUTENÇÃO, PARA O MUNICÍPIO DE ODEMIRA: ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL</u>: Foi presente a proposta que

seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião:-------

---------- "1 - ***ASSUNTO N.º 0097-2021*** *- AQUISIÇÃO DE COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS DE VOZ, DADOS E TELEVISÃO, COM GESTÃO E MANUTENÇÃO, PARA O MUNICÍPIO DE ODEMIRA: ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL*----------

---------- Foi presente a informação n.º 4825/2020, datada de 11 de dezembro de 2020, proveniente da Divisão de Gestão Interna, elaborada pelo júri do procedimento, na qual consta o Relatório Final relativo à aquisição de serviço em apreço, do qual se conclui que é intenção adjudicar a referida aquisição à empresa MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., pelo período de 36 (trinta e seis meses) meses ou até ao valor de 493.632,00€, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor. Foi igualmente presente a informação n.º 4454/2020, datada de 16 de novembro de 2020, proveniente da Divisão de Gestão Interna, elaborada pelo júri do procedimento, na qual consta o Relatório Preliminar. ----------

---------- Em face do exposto e estando prevista a assunção de compromissos plurianuais, solicita-se nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a respetiva autorização prévia da Assembleia Municipal. ----------

---------- Propõe-se que seja tomado conhecimento e, bem assim, que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e autorização do compromisso plurianual.----------

---------- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos." ----------

---------- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da

Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto quatro:** AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE PARA INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CC-CIMAL: ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: -------

----------"***ASSUNTO N.º 0133-2021 - AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE PARA INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AO ABRIGO DE ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CC-CIMAL***----------

----------Foi presente a informação n.º 786/2021, datada de 10 de fevereiro de 2021, proveniente da Divisão de Gestão Interna, elaborada pelo Júri do procedimento, na qual consta o relatório final relativo à aquisição de serviço em apreço, do qual se conclui que é intenção adjudicar a referida aquisição à empresa EDP Comercial, Comercialização de Energia, S.A., pela importância de € 1.323.702,20, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem assim, que estando previsto a assunção de compromissos plurianuais, dever-se-á solicitar autorização prévia à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicado pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março. ----------

----------Dada a urgência de que se reveste o assunto, o Senhor Presidente da Câmara, por Despacho exarado em 19/02/2021, remeteu o assunto à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal visando a aprovação do compromisso plurianual.". ----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do

membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- Antes de se passar para o tratamento do ponto seguinte, o Senhor Pedro Gonçalves, eleito pelo Bloco de Esquerda, declarou impedimento por pertencer à Associação em causa, não podendo participar na apreciação e deliberação deste assunto, o qual foi aceite, tendo o Membro saído de sala. ----------

---------- **Ponto cinco:** PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: ----------

---------- "*8 - **ASSUNTO N.º 0112-2021** - PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO* ----------

---------- Foi presente a informação n.º 855/2021, datada de 15 de fevereiro de 2021, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural, na qual consta que o Município de Odemira, através da assinatura do Acordo de Colaboração celebrado com a Direção Geral dos Estabelecimentos escolares/ Direção de Serviços do Alentejo e o Instituto de Segurança Social, de harmonia com a Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, o Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho e o Protocolo de Cooperação celebrado em 28 de Julho de 1998, entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, vê reguladas as condições relativas à sua participação no Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar. ----------

---------- Considerando que a adesão ao programa implica que seja preferencialmente o Município quem assegure a oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), conforme Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto, ou seja, as atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades e que a

Administração Central se compromete a apoiar financeiramente o funcionamento dos estabelecimentos abrangidos, de modo a viabilizar o acesso e a frequência de todas as crianças; Considerando que a TIC TAC – Associação para a Promoção dos Tempos Livres das Crianças e Jovens pretende desenvolver um trabalho ao nível da educação não formal, através da produção, promoção e divulgação de atividades culturais, artísticas, recreativas, pedagógicas, cientificas, ambientais e desportivas, que possam contribuir para um salutar e benéfico aproveitamento e utilização dos tempos livres e que por essa razão será uma mais-valia em constituir-se como parceira do Município na concretização de diversos projetos, nos domínios descritos supra; Considerando o pedido formalizado pela TIC TAC – Associação para a Promoção dos Tempos Livres das Crianças e Jovens para que o Município de Odemira procedesse ao acerto dos valores acordados no âmbito do Protocolo de Colaboração para a Componente de Apoio à Família, uma vez que os mesmos ainda têm como referência o SMN de 600,00€ (ano de 2019); Considerando que houve Jardins de Infância nos quais é necessário assegurar as atividades de Animação e apoio à família numa sala, designadamente Relíquias, cuja situação não estava inicialmente prevista e decorre duma situação manifestada pelos pais e encarregados de educação; e, Considerando que se torna necessário afetar um recurso humano no apoio ao fornecimento de refeições na EB 1 de Milfontes, entre março e julho, para permitir que o mesmo funcione de forma regular e adequada. ----------

----------Em face do exposto, propõe-se em conformidade com a alínea u) do n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação da Minuta de Adenda ao Protocolo de Colaboração no âmbito da Educação, a celebrar com a TIC-TAC – Associação para a Promoção dos Tempos Livres das Crianças e Jovens, no valor total de 45.518.77€ (quarenta e cinco mil quinhentos e dezoito euros e setenta e sete cêntimos), referente ao valor correspondente aos encargos mensais adicionais decorrentes das situações descritas. Mais se propõe que sejam concedidos plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para

outorgar o documento em representação do Município e, bem assim, que seja remetido o assunto à Assembleia Municipal para aprovação. ----------

---------- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos." ----------

---------- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- Voltou a entrar na sala o Senhor Pedro Gonçalves.----------

---------- **Ponto seis:** GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DO MAPA DE PESSOAL: PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2021: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião: ----------

---------- "*1 - **ASSUNTO N.º 0110-2021** - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DO MAPA DE PESSOAL: PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2021* ----------

---------- Foi presente a informação n.º 835-2021, datada de 12 de fevereiro de 2021, proveniente da Divisão de Recursos Humanos e Jurídica, na qual consta a Proposta que seguidamente se transcreve: ----------

---------- PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/2021 ----------

---------- I – ENQUADRAMENTO E PROCEDIMENTOS EFETUADOS ----------

---------- Em cumprimento das orientações superiormente recebidas, apresenta-se em anexo o Mapa de Pessoal com as alterações propostas, elaborado de acordo com o disposto nos art.ºs

28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugado com o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. ----------

----------Com a entrada em vigor da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (LTFP), foi revogada a Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27/02 (com exceção das normas transitórias abrangidas pelo art.ºs 88.º a 115.º), permanecendo em vigor o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3/09, que procedia à adaptação da LVCR à administração local. ----------

----------No âmbito das Autarquias Locais, a presente Alteração está sujeita a autorização prévia do dirigente máximo do serviço e à submissão do assunto a deliberação do órgão executivo, sendo ainda a proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal submetida a aprovação do órgão deliberativo municipal (n.º 2, art.º 3.º DL n.º 209/2009, de 3 de setembro). ----------

----------1. Apresentação de ocorrências verificadas desde a aprovação do Mapa de Pessoal 2021 (Mobilidades e Entradas e Saídas de Trabalhadores): ----------

----------1.1 Mobilidades Internas a operar na mesma Carreira e Categoria: ----------

----------No Mapa de Pessoal em vigor, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 07 de dezembro, com proposta de aprovação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada a 02 de dezembro do ano transato, procedeu-se à afetação de trabalhadores, às unidades orgânicas para as quais transitaram, dando-se assim cumprimento ao Despacho n.º 81/2020 V-DBSL, de 16 de dezembro, promovendo-se desta forma um ajuste dos recursos humanos após ponderação das necessidades dos serviços. Estas situações de mobilidade interna a operar na mesma carreira e categoria, dentro do mesmo órgão ou serviço, pode consolidar-se, a todo o tempo, por decisão do dirigente máximo do serviço. (n.º 1/art.º 99.º da LTFP). Quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade, podendo esta operar-se dentro do mesmo órgão ou serviço conforme o disposto no art.º 92º da LTFP. ----------

---------- 1.2 Atualização de Postos de Trabalho: ----------

---------- Procede-se à atualização dos postos de trabalho na Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal, pelos motivos e ocorrências apresentadas na informação e no Mapa de Pessoal:---------

---------- Número Total de Ocorrências (Fluxo de Entradas e Saídas): 11----------

---------- Entradas: 9 ----------

---------- Saídas: 2----------

---------- 1.3 Postos de Trabalho "virtuais/cativos": ----------

---------- Na contabilização dos postos de trabalho não foram apurados os trabalhadores que se encontram provisoriamente em exercício de funções ao abrigo de figuras de mobilidade geral ou providos em cargos em regime de comissão de serviço. Estes postos de trabalho "virtuais/cativos", estão relacionados com o serviço e/ou carreira de origem dos trabalhadores que se encontram presentemente numa das seguintes situações:----------

---------- - Em Regime de Mobilidade entre Órgãos e Serviços em outra entidade;----------

---------- - Em Regime de Licença sem Remuneração superiores a 12 meses;----------

---------- - Em exercício de cargo dirigente no Município de Odemira ou em outra entidade; ---

---------- - Em cargo de nomeação/designação (por exemplo, membro de gabinetes) ou eleito em outra entidade;----------

---------- - Em Procedimento Concursal em outra entidade (em período experimental). ----------

---------- Número de Postos de Trabalho "virtuais/cativos" (com um Total de 25 situações) -----

---------- . Em Regime de Mobilidade entre Órgãos e Serviços: 3 ----------

---------- . Em Regime de Licenças sem Remuneração (superior a 12 meses): 8 ----------

---------- . Em exercício de cargo dirigente (neste Município ou outras entidades): 10----------

---------- . Em cargos de nomeação/designação (adjunto Presidente): 2 ----------

---------- . Em Procedimento Concursal em outra entidade: 1 ----------

---------- 2. Criação de Postos de Trabalho por Procedimentos Concursais, por Recurso a

Reservas de Recrutamento ou pelo Regime de Mobilidade: ----------

----------2.1 Criação de Postos de Trabalho: ----------

----------Deste modo e para efeitos de Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, apresentam-se na informação e Mapa de Pessoal os postos de trabalho que foram aditados para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado e determinado, perfazendo um total de 34 postos de trabalho a prover:----------

----------2.2 Previsão de Encargos: ----------

----------Em cumprimento do disposto no n.º 5 da Lei n.º 35/2014, de 20/06, a previsão orçamental para suporte dos encargos financeiros decorrentes das situações apresentadas no quadro referente à criação de postos de trabalho, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e determinado, apenas terão expressão nos procedimentos concursais a abrir para as unidades orgânicas do Município, sendo que os procedimentos concursais previstos para as várias carreiras e categorias, nos diferentes serviços terão reflexos na despesa a partir do mês de dezembro do presente ano. Relativamente aos procedimentos por reserva de recrutamento ou por mobilidades intercarreiras previstos para as unidades orgânicas do GAP, DGI e DDSC a despesa irá refletir-se ainda no próximo mês de abril, no decurso do presente ano, enquanto no procedimento da DIL, o mesmo não acarreta qualquer acréscimo no encargo financeiro, por se tratar de uma regularização.----------

----------3. Abertura de Procedimentos Concursais: ----------

----------Está previsto na Informação, bem como no Mapa de Pessoal 2021 – 1.ª Alteração, a abertura de novos procedimentos concursais, para um total de 51 Postos de Trabalho em todas as Unidades Orgânicas da estrutura deste Município, para procedimentos concursais, seja por Mobilidades Internas entre serviços, por Mobilidades Intercarreiras, ou Reservas de Recrutamento determinadas, para Vínculos com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado ou por Tempo Determinado.----------

---------- II - PROPOSTA DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL ----------

---------- 1. Deste modo e para efeitos da Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2021 em vigor, apresenta-se nesta informação a alteração nos termos e conforme determinado superiormente, não se procedendo à extinção de qualquer posto de trabalho constante do Mapa de Pessoal em vigor. ----------

---------- 2. Após a aprovação do órgão deliberativo municipal mediante proposta de aprovação do órgão executivo, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021 será afixada no edifício da DRHJ e inserida na página eletrónica do Município. ----------

---------- Nestes termos, com base no teor da referida Informação e no cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, e da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, em matéria de Gestão de Recursos Humanos e Mapas de Pessoal, propõe-se a aprovação da Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal 2021, bem como a sua remessa à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos. ----------

---------- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos." ----------

---------- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- **Ponto sete:** PROJETO DO REGULAMENTO DE ESTACIONAMENTO DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta reunião, para aprovação definitiva:----------

---------- "*1 - **ASSUNTO N.º 0054-2021** - PROJETO DO REGULAMENTO DE*

ESTACIONAMENTO DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA: APROVAÇÃO DEFINITIVA ----------

----------Foi presente a informação n.º 191-2021, datada de 12 de janeiro de 2021, elaborado pelo Setor de Rede Viária e Trânsito, da Divisão de Infraestruturas e Logística, onde consta que na sequência da publicação em Diário da República do Projeto de Regulamento de Estacionamento do Município de Odemira, e após decorridos os trinta dias de apreciação pública, verificou-se a não existência de contributos/ sugestões ao mesmo.----------

----------Em face do exposto, propõe-se a aprovação definitiva do Regulamento de Estacionamento do Município de Odemira e, bem assim, a sua remessa à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação definitiva, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

----------Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos.”----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em causa, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto oito:** INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 1º SEMESTRE DE 2020: APRECIAÇÃO NOS TERMOS DA NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ARTIGO77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO: Foi presente o assunto que seguidamente se transcreve e que ficará arquivado no maço de documentos desta reunião:----------

----------“*5 - **ASSUNTO N.º 0115-2021** - INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 1º SEMESTRE DE 2020*----------

----------Foi presente a informação n.º 847/2021/SCT, datada de 15-02-2021, elaborada pela

Divisão de Gestão Interna, bem como a Informação Económica e Financeira do Município de Odemira, na qual é efetuada a análise da situação económica, financeira e orçamental do Município durante o primeiro semestre de 2020 e cujo documento foi devidamente apreciado pelo auditor externo, nomeado pela Assembleia Municipal de Odemira, conforme "Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Semestrais", emitido a 15 de fevereiro de 2021. --- ----------

---------- Propõe-se para conhecimento e remessa à Assembleia Municipal, conforme o estatuído na alínea d), do n.º 2, do artigo77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.----------

---------- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal tomou o devido conhecimento e aprovou, por unanimidade, a remessa do mesmo à Assembleia Municipal para idêntico efeito."----------

---------- Não havendo qualquer intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. ----------

---------- **Ponto nove:** <u>AÇÃO DE CONTROLO AO MUNICÍPIO DE ODEMIRA: APRECIAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO</u>: Foi presente o ofício número cento e cinquenta e sete, datado de catorze de janeiro do corrente ano, enviado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odemira, a remeter o ofício número vinte, datado de quatro de janeiro, enviado pelo Gabinete do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, intitulado "Ação de controlo ao Município de Odemira – Contratação Pública". ----------

---------- O Senhor João Quaresma questionou se as propostas constantes na conclusão do Relatório em causa já tinham sido implementadas e, bem assim, solicitou esclarecimentos sobre a situação descrita no ponto "C5" da Conclusão, relativa a "convite de adjudicação de serviço de *catering,* através de ajuste direto simplificado". ----------

---------- O Senhor Nuno Góis, referindo-se à terceira página do Relatório, solicitou esclarecimentos, com casos concretos, relativos aos pontos "1.2, 1.4 e 1.5" referidos no

"Sumário Executivo". ----------

----------O Senhor António Afonso congratulou todos os técnicos e funcionários da Autarquia envolvidos nos procedimentos e setor financeiro, bem como aos respetivos Eleitos, nomeadamente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo resultado daquela inspeção, que indica meras recomendações e observações, relembrando que as inspeções da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) eram bastante exigentes do ponto de vista técnico e jurídico, em matérias delicadas, nomeadamente na própria interpretação jurídica das normas do Código dos Contratos Públicos que muitas vezes divergia de jurista para jurista. Referiu, ainda, que estava convicto que empenhadamente os serviços iriam proceder às correções que eram recomendadas, reiterando os votos de felicitação por não verificar a existência de participações que pudessem causar melindre à vida da Autarquia e ao concelho de Odemira. ----------

----------O Senhor Arménio Simão referindo-se ao ponto "C6" das Conclusões do Relatório, reiterou a importância de o Município ter uma base de dados que permita efetuar a comparação entre custos de obras semelhantes, considerando-a como uma boa prática que devia ser implementada, assim como, a existência de mecanismos de controlo de modo a assegurar que não era dirigido o convite e efetuada a adjudicação a entidades que não se encontrassem habilitadas para o efeito. Por fim, considerou também relevante a necessidade de se implementar uma base de dados com os custos médios unitários de trabalhos e com a avaliação do desempenho dos empreiteiros e fornecedores, situação que já tinha alvitrado anteriormente. -

----------Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual se congratulou com o resultado do Relatório em causa, o qual não continha qualquer endosso ao Ministério Público, e felicitou o Chefe da Divisão de Gestão Interna, bem como os respetivos técnicos, pelo facto de as matérias refletidas no Relatório serem de gravidade nula, mas que também mereciam a preocupação e atenção do Município. Quanto a algumas questões mencionadas no Relatório, esclareceu que tinha produzido um Despacho que exigia a consulta a pelo menos três entidades

ou caso contrário deveria ser produzida uma informação fundamentada que teria de ser por ele autorizada. Para acautelar esta situação, já tinha sido adquirida uma aplicação informática para o efeito. Relativamente à adjudicação a entidade não autorizada, informou que era referente aos beberetes servidos pelos Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Odemira para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal, uma vez que aquela entidade não tinha o Código de CAE para esse procedimento, facto que já estava a ser resolvido. Reconheceu que o processo de atualização do Relatório Anual do Procedimento de Controlo de Risco de Corrupção não tinha corrido bem, muito devido à falta de pessoal, mas já estavam a tratar para que fosse resolvido esse problema e produzido o documento anualmente. Seguidamente, solicitou ao Chefe da Divisão de Gestão Interna que, posteriormente, enviasse a resposta às dúvidas colocadas pelo Senhor Nuno Góis. ----------

---------- Por último, informou que estava a ser adquirida uma aplicação informática sobre os custos médios unitários de trabalhos e, bem assim, informou que já estava a ser atualizada a norma de controlo interno e pretendiam centralizar o processo de compras públicas durante o terceiro trimestre do corrente ano. Informou ainda que o Chefe da Divisão de Gestão Interna já tinha produzido a resposta com toda a informação relativa às propostas e recomendações constantes no Relatório, para ser remetida à IGF, sendo posteriormente dado conhecimento da mesma à Câmara Municipal e Assembleia Municipal. ----------

---------- Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento. ----------

---------- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes o prolongamento da reunião por mais trinta minutos, nos termos do número cinco do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Odemira, tendo sido aprovado por consenso.----------

----------**Ponto dez:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: APRECIAÇÃO: Foi presente o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de novembro do ano de dois mil e vinte e trinta e um de janeiro do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. ----------

----------Não se registou qualquer intervenção sobre este assunto. A Assembleia Municipal tomou o devido conhecimento. ----------

---------- **APROVAÇÃO EM MINUTA** ----------

----------Nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. ----------

---------- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** ----------

----------Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião era uma hora e vinte e dois minutos do dia seis de março do corrente ano.------ ----------

----------De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.----------

---------- A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ----------

----------A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ----------

----------O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ----------